



Volume 3, Nº 1, 2026

AMEAÇAS À DEMOCRACIA SOB O GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHKEK (1955-1960)

THREATS TO DEMOCRACY UNDER THE JUSCELINO KUBITSCHKEK ADMINISTRATION (1955-1960)

Cesar Capitanio¹

RESUMO: O governo de Juscelino Kubitschek (JK) é lembrado como um período de euforia, marcado pelo desenvolvimentismo, pela construção de Brasília e pela expansão da industrialização brasileira, lastreado pelo slogan “50 anos em 5”. Os constantes conflitos políticos e armados do período de 1930-1954, cujo personagem principal fora Getúlio Vargas (da Revolução de 1930 ao suicídio em 1954), aparentavam se reduzir com a eleição de um presidente civil. No entanto, o simulacro de democracia brasileira no período enfrentava um cerco constante de setores civis e militares que não aceitavam a coalizão PSD-PTB e a herança política de Vargas, expressada na vitória de JK, em especial por ter vindo acompanhada do vice João Goulart (Jango). A primeira ameaça ocorreu antes mesmo da posse: a UDN (União Democrática Nacional) e setores militares tentaram impedir JK de assumir o cargo, alegando que ele não obtivera maioria absoluta dos votos. A posse foi garantida por intervenção do Marechal Henrique Lott, Ministro da Guerra, que liderou o Movimento de 11 de Novembro (1955). Este foi um contragolpe preventivo para afastar o presidente interino Carlos Luz, que conspirava contra a posse dos eleitos, colocando em seu lugar Nereu Ramos. Durante todo o governo, a UDN, sob a liderança inflamada de Carlos Lacerda, atuou de forma sistemática para desestabilizar JK. O partido utilizava denúncias de corrupção nas obras de Brasília e críticas à inflação crescente para inflamar a opinião pública e as Forças Armadas, criando um clima de crise permanente que testava os limites das instituições democráticas. As tensões golpistas materializaram-se em duas insurreições armadas protagonizadas por oficiais da Aeronáutica ligados à oposição, sendo elas, a Revolta de Jacareacanga (1956) e a Revolta de Aragarças (1959). JK optou pela anistia aos revoltosos em ambos os casos. Embora criticada por alguns como sinal de fraqueza, essa estratégia evitou a criação de mártires e a radicalização definitiva dos quartéis, permitindo que ele terminasse o mandato — um feito raro na República brasileira. Mas isso não impediu que a sanha golpista permanecesse acesa.

Palavras-Chave: Democracia; Getúlio Vargas; JK; Revolta de Aragarças; Revolta de Jacareacanga.

¹Técnico em assuntos educacionais da UFFS, secretário da COREME e do PPGENF no Campus Chapecó. Licenciado em Geografia pela UnoChapecó, mestre e doutorando em História pelo PPGH-UFFS.

ABSTRACT: The administration of Juscelino Kubitschek (JK) is remembered as a period of euphoria, marked by developmentalism, the construction of Brasília, and the expansion of Brazilian industrialization, underpinned by the slogan “50 years in 5.” The constant political and armed conflicts of the 1930–1954 period, in which Getúlio Vargas was the central figure (from the 1930 Revolution to his suicide in 1954), appeared to subside with the election of a civilian president. However, the simulacrum of Brazilian democracy during this period faced a constant siege from civilian and military sectors that refused to accept the PSD-PTB coalition and the political legacy of Vargas, expressed in JK's victory—especially since it was accompanied by Vice President João Goulart (Jango). The first threat occurred even before the inauguration: the UDN (National Democratic Union) and military sectors attempted to prevent JK from taking office, claiming he had not obtained an absolute majority of the votes. The inauguration was secured through the intervention of Marshal Henrique Lott, the Minister of War, who led the Movement of November 11 (1955). This was a preventive counter-coup to remove acting president Carlos Luz, who was conspiring against the inauguration of the elected candidates, replacing him with Nereu Ramos. Throughout the administration, the UDN, under the inflamed leadership of Carlos Lacerda, acted systematically to destabilize JK. The party utilized allegations of corruption in the construction of Brasília and criticism of rising inflation to incite public opinion and the Armed Forces, creating a climate of permanent crisis that tested the limits of democratic institutions. Coup tensions materialized in two armed insurrections led by Air Force officers linked to the opposition: the Jacareacanga Revolt (1956) and the Aragarças Revolt (1959). JK opted to grant amnesty to the rebels in both cases. Although criticized by some as a sign of weakness, this strategy avoided the creation of martyrs and the definitive radicalization of the barracks, allowing him to complete his term—a rare feat in the Brazilian Republic. However, this did not prevent the coup-mongering zeal from remaining alight.

Keywords: Democracy; Getúlio Vargas; JK; Aragarças Revolt; Jacareacanga Revolt;

As ameaças democráticas do período entre 1956-1960, durante o governo Juscelino Kubitschek, no mesmo contexto da construção da nova capital federal, remontam a um cenário político que retrocede a 1930, e adiante, terá repercussões na década de 1960, nos leva a analisar os atores que compõem o campo político, a partir de abordagem bourdieusiana de reflexão sobre conjunturas políticas. Carlos Fico em *A Utopia autoritária brasileira*² (2025) demonstra sinteticamente elementos importantes para nossa análise, que se referem ao uso da força militar para construir hegemonias políticas no Brasil republicano, incluindo que o subtítulo da obra é um questionamento “como os militares ameaçam a democracia brasileira desde o nascimento da República até hoje”³. Este questionamento inicia balizado pelo fato de que a proclamação da República, na esteira do fortalecimento político dos militares durante o Segundo Reinado, advém de um golpe militar que depôs a Monarquia e principiou a República, sendo que a presidência nos primórdios republicanos ficou a cargo de militares: Marechal Deodoro da Fonseca e depois Marechal Floriano Peixoto.

² FICO, Carlos. *A utopia autoritária brasileira: como os militares ameaçam a democracia brasileira desde o nascimento da República até hoje*. Rio de Janeiro: Crítica/Planeta, 2025.

³FICO, 2025.

Já o período de análise deste artigo, durante o governo JK, como já salientamos tem conexões que remontam a 1930, porque o período de hegemonia política iniciado em 1889 com Deodoro da Fonseca e conhecido como República Velha, foi interrompido por uma revolta nacional que contou com a presença de militares em apoio a Getúlio Vargas, depondo Washington Luís antes deste transmitir o poder para Júlio Prestes, uma vez que foi alegada fraude nas eleições de 1929. Já o período de análise de 1956-1960, vem na esteira de revanches e enfrentamentos entre blocos políticos, em especial daqueles que gostariam ver encerrada a hegemonia política varguista que perdurou o período 1930-1954.

Vargas assumiu o poder em 1930 fortalecido pela relação com militares (seu governo era sustentado nesta aliança), tanto que debelou a Revolução Paulista de 1932 e construiu as bases para nova constituição em 1934. Depois derrotou a Intentona Comunista de 1935 e instituiu o Estado Novo em 1937, quando a fase transitória da ditadura passou a ser consolidada de maneira mais ostensiva e repressiva, incluindo inúmeras prisões políticas. Passando pela Intentona Integralista de 1938 (também derrotada), Vargas governaria até 1945, quando ocorrem eleições e o General Eurico Gaspar Dutra, ministro de Vargas, se elegeu. Apesar de inúmeras pactuações entre grupos políticos e setores militares (e tentativas de impedir o retorno de Getúlio), em 1950 Vargas foi candidato a presidente e venceu o Brigadeiro Eduardo Gomes da UDN naquela eleição.

A força política que foi gestada dentro da Era Vargas, o trabalhismo (conexão entre sindicatos, PTB, lideranças e o carisma de Getúlio)⁴, produziu em contraponto uma oposição hostil e revanchista, especialmente ligada a UDN e a Carlos Lacerda, político que usava seu jornal *Tribuna da Imprensa*, para atacar duramente Vargas e seus aliados. Lacerda e seu grupo político em discursos que somavam críticas a tirania e a ditadura, com ponderações que associavam Getúlio ao comunismo, ou ao risco de uma república sindical “aos moldes de Perón na Argentina”, além de ataques no campo moral, sobre a corrupção e um suposto “mar de lama no Catete”⁵, atuavam no intuito de interromper aquela hegemonia, incluindo por meio de manchetes de jornal pedidos de renúncia do presidente.

⁴Sobre o trabalhismo, importante ver *A invenção do trabalhismo*, de Ângela de Castro Gomes (2005).

⁵Em ambas as citações entre aspas, é importante ver SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Na obra em questão, são demonstrados vários exemplos que coadunam com o parágrafo.



Foto 1: Jornal Tribuna da Imprensa pedindo a renúncia de Getúlio⁶

O recrudescimento dos ataques leva a disputa política para o campo da violência, incluindo a tentativa de assassinato do próprio Lacerda, que acabou sendo colocada no colo de Getúlio, por conta das acusações dirigidas ao chefe de guarda pessoal do presidente, Gregório Fortunatto. Tal acusação a Gregório acelerou os pedidos de queda de Getúlio, que emparedado pela oposição articulada entre UDN, setores da imprensa e setores militares, culminou com seu suicídio em 24 de agosto de 1954, precedido por uma carta-testamento.

O suicídio de Vargas acompanhado da carta, escrita em tom político de defesa do legado que o mesmo construía, produziu comoção social, além de revolta contra meios de comunicação que eram hostis ao presidente agora morto; parcela da população apoiadora de Vargas foi às ruas, apedrejou veículos do Jornal *O Globo* (foto abaixo) e a embaixada estadunidense no Rio de Janeiro. E na seara política, o vice-presidente Café Filho assumiu a presidência, e embora do PSD, fez aproximações com a oposição e acenos a UDN.

⁶SANTOS, Rodolpho. *A imprensa e o impeachment de Getúlio Vargas*. DCM. Disponível em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/a-imprensa-e-o-impeachment-de-getulio-vargas-por-rodolpho-santos/>>. Publicado em: 20 mar. 2016. Acesso em: 2 abr. 2026.



Foto 2: Carro do jornal *O Globo* incendiado por populares⁷

Para as eleições de 1955, Juscelino Kubitschek, governador de Minas, foi candidato à presidência pelo PSD e em conexão com a candidatura à vice-presidência de João Goulart (Jango), do PTB, e outrora ministro do Trabalho de Vargas. Carlos Fico, ao ponderar sobre esta composição, assim destaca: “isso alvoroçou os setores antigetulistas, civis e militares, que viram na aliança PSD-PTB o ‘retorno’ do getulismo, que eles supunham enterrado junto ao corpo de Getúlio” (2025, p.251)⁸. Já Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Starling em *Brasil: uma biografia* (2015, p. 565)⁹, referem-se aquele pleito indicando que:

A candidatura de Jango provocava arrepios na UDN, mas sem um bom casuísmo na algibeira o partido não teve alternativa senão concorrer. Como sempre, a UDN apostou num discurso de apelo moralista, confiou num candidato das Forças Armadas — dessa vez proveniente do Exército, o general Juarez Távora, uma das muitas lideranças de 1930 que romperam com Vargas às vésperas do Estado Novo¹⁰.

Além da UDN com o General Juarez Távora, concorreram pelo PSP, o governador de São Paulo, Ademar de Barros e pelo PRP com o líder integralista Plínio Salgado. JK venceu com 35,68% dos votos, ao passo que as votações de Távora, Barros e Salgado foram respectivamente 30,37%, 25,77% e 8,28% dos votos. Sem previsão constitucional de segundo turno na Constituição de 1946, JK foi o vitorioso. Na eleição para vice-presidente,

⁷MEMÓRIA O GLOBO. *O Globo sofre consequências de acusação infundada*. Disponível em: <<https://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/o-globo-sofre-consequencias-de-acusaccedilatildeo-infundada-9471112>>. Acesso em: 1 abr. 2026.

⁸ FICO, 2025, p. 251.

⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 565.

¹⁰SCHWARCZ; STARLING, 2015.

Jango do PTB fez 44,25% dos votos, e os candidatos Milton Campos da UDN e Danton Coelho do PSP, fizeram 41,70% e 14,05% respectivamente.

Importante fazer um apontamento acerca do viés eleitoral majoritário da população votante: percebe-se que a soma de candidaturas mais identificadas com o espectro ideológico à direita representavam mais de 60% do conjunto do eleitorado, ao passo que JK, uma candidatura de viés centrista (compondo à direita e à esquerda), foi o mais votado sem ser hegemônico. Este fator será central nas ameaças democráticas que irão rondar aquele ano de 1955 e seguirão em 1956.

Os questionamentos à vitória de JK vieram, quando a UDN alegou que o mesmo não atingira 50% dos votos. E a partir do afastamento de Café Filho da presidência em 03 de novembro de 1955, alegando problemas cardiovasculares, as ações de setores militares articulados com a UDN, passando também pelo presidente provisório, o presidente da Câmara Carlos Luz (que também era do PSD, mas que era observado com desconfiança pelos partidários de JK e Jango) tinha um sentido de impedir a posse do presidente eleito.

Luz governou de 08 a 11 de novembro de 1955, quando entrou em marcha a ação do Marechal Henrique Teixeira Lott, conhecido como Golpe Preventivo ou Novembrada, em 11 de novembro de 1955 e que destituiu o presidente da Câmara da presidência da República e colocou em seu lugar Nereu Ramos, também do PSD e presidente do Senado.

No chamado golpe preventivo, Lott articulou setores das Forças Armadas e até disparos foram feitos contra o Cruzador Tamandaré em 11 de novembro de 1955, tendo a bordo Carlos Luz e Carlos Lacerda. A tentativa de retorno ao poder de Café Filho também foi cerceada, com o objetivo de evitar um golpe que impedisse a posse do presidente eleito. Nereu Ramos foi o presidente provisório até 31 de janeiro de 1956, data que JK assumiu o poder. Mas a sanha golpista seguiu.

Ainda em fevereiro de 1956, houve o episódio conhecido como Revolta Militar de Jacareacanga. Sobre esta, Schwarcz e Starling(2015, p. 564)¹¹ assim destacam:

Na manhã do sábado de Carnaval de 1956, dois oficiais da Aeronáutica, o major Haroldo Veloso e o capitão José Chaves Lameirão, chegaram cedo à Base Aérea dos Afonsos, no Rio de Janeiro, passaram pelas sentinelas, renderam o oficial de dia e arrombaram o depósito de munição. Retiraram do hangar um avião de combate entupido de armas e explosivos, e decolaram na direção do campo de pouso de Jacareacanga, minúscula guarnição da Força Aérea no meio da mata, no sul do estado do Pará, perto da divisa com Mato Grosso. Os dois oficiais eram udenistas fanáticos, veneravam Carlos Lacerda, estavam indignados com a vitória “getulista” nas eleições presidenciais de outubro de 1955 e pretendiam levar a cabo um plano alucinado: montar um foco de sedição no Brasil Central e dar início à guerra civil.

¹¹ SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 564.



Foto 3: Rebelião de Jacareacanga noticiada pelo Jornal Tribuna da Imprensa¹²

Schwarcz e Starling destacam que embora o levante tenha durado apenas vinte dias, era indicativo do “alto grau de instabilidade política do país” (*Op. Cit*). Porém, a pedido de JK, o Congresso Nacional concedeu anistia aos revoltosos, inclusive ao major Haroldo Veloso¹³.

Tomando posse em 1956, JK passou a conduzir um governo que foi marcado por um aspecto econômico contagiante, com a ideia de Brasil moderno, com estes aspectos transitando também no campo cultural, do qual o presidente vai se aproximar, ao ser chamado de “Presidente Bossa-Nova”.

Imbuído de um nacionalismo menos ortodoxo que o de Vargas, a abertura do país ao capital internacional serviu para atrair indústrias, como Volkswagen, Ford, GM, Willys, no setor automobilístico, além de expansão do setor de eletrodomésticos (televisores, máquinas de lavar, geladeiras), além de grandes projetos hidrelétricos, como Três Marias e Furnas em Minas Gerais, as usinas da Light em São Paulo e a ampliação do complexo hidrelétrico de Paulo Afonso na Bahia. Isso estava assentado no Plano de Metas do governo, o desenvolvimentismo da “era JK”¹⁴.

¹²WESTIN, Ricardo. *Levante militar na Amazônia tentou derrubar JK no 1º mês de governo, há 70 anos*. Folha de S.Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/02/levante-militar-na-amazonia-tentou-derrubar-jk-no-1o-mes-de-governo-ha-70-anos.shtml>>. Publicado em: 16 fev. 2026. Acesso em: 2 abr. 2026.

¹³WESTIN, Ricardo. *Revolta militar na Amazônia tentou derrubar JK no 1º mês de governo*. Agência Senado. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/revolta-militar-na-amazonia-tentou-derrubar-jk-no-1o-mes-de-governo>>. Publicado em: 6 fev. 2026. Acesso em: 25 mar. 2026.

¹⁴FIRJAN – MEMÓRIA DA INDÚSTRIA. *O Brasil de JK – indústria e desenvolvimento*. FIRJAN. Disponível em: <<https://memoriadaindustria.firjan.com.br/linha-do-tempo/brasil-industrial/o-brasil-de-jk-industria-e-desenvolvimento>>. Acesso em: 25 mar. 2026.

Neste impulso desenvolvimentista, que ia ao encontro inclusive do *slogan* de campanha de JK (50 anos em 5), a construção de uma nova capital estava na esteira. A construção de novas capitais nos estados era um experimento que remontava ainda ao Império, quando em 1852 se projetou Teresina para substituir Oeiras como capital do Piauí. Já na República, a construção de Belo Horizonte em 1897 para substituir Ouro Preto como capital de Minas Gerais e posteriormente, já na era Vargas, em 1933, a construção de Goiânia como nova capital de Goiás, substituindo a Cidade de Goiás. Esta experiência de planejar cidades e deslocar capitais para locais novos e mais centralizados nestes estados, cumpria um papel ideológico de ocupação territorial, que na era Vargas se popularizou como “Marcha para o Oeste”, em que o imagético estadunidense de expansão da zona pioneira no século XIX foi usado como inspiração.

Sobre questões relativas ao posicionamento republicano do presidente, em suas tentativas de manter o governo funcionando em meio a duas tentativas golpistas, matéria do GGN assinada pelo jornalista Vandeck Santiago¹⁵ indica um possível diálogo entre JK com seu Ministro de Guerra, o Marechal Lott, em 1958 sobre a promoção a general de Castelo Branco. Alertado por Lott que Castelo Branco era lacerdista ferrenho, JK questionou se o então militar a ser promovido era competente, ao passo que Lott indicou positivamente e que era respeitado pela tropa; a tréplica foi de um apreço democrático por parte de JK, que Castelo Branco teria “tanto direito de ser lacerdista, como ele de não sê-lo”¹⁶. E promoveu Castelo Branco a general. Confere-se com base nestas argumentações e fatos, o esforço do presidente em equilibrar o país em meio a hostilidades e arrefecimento do clima político, em especial em cenário de polarização entre o PTB/espólio do varguismo com a UDN.

Mas em que pese este cenário de euforia e o carisma do presidente, os ataques da UDN, articulados a setores da imprensa e de militares, não cessaram. E nem as intenções golpistas.

Em 03 de dezembro de 1959, um avião da Panair que havia saído do aeroporto Santos Dumont rumo a Manaus¹⁷, acabou interceptado no ar, e somado a mais roubo de aviões da Aeronáutica carregados de explosivos, uma nova revolta militar é deflagrada: a Revolta de Aragarças.

¹⁵ SANTIAGO, Vandeck. [Matéria sobre Juscelino Kubitschek, Henrique Lott e a promoção de Castelo Branco]. GGN. [S. l.], [s. d.].

¹⁶ SANTIAGO, Vandeck. *JK, Castelo Branco e o que é e não é ser um democrata*. GGN. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/cidadania/jk-castelo-e-o-que-e-ser-um-democrata-por-vandeck-santiago/>>. Publicado em: 1 abr. 2016. Acesso em: 2 abr. 2026.

¹⁷ WESTIN, Ricardo. *Em 1959, militares sequestraram avião com passageiros e tentaram derrubar JK*. Agência Senado. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/em-1959-militares-sequestraram-aviao-com-passageiros-e-tentaram-derrubar-jk>>. Publicado em: 2 dez. 2019. Acesso em: 25 mar. 2026.

Aragarças, um pequeno município de Goiás, na divisa com o Mato Grosso, foi a base de uma conspiração que visava bombardear o Palácio do Catete e matar JK (IDEM)¹⁸. Diferente de 1956, o presidente desta vez se colocou contra a anistia, e líderes da conspiração como o major Haroldo Veloso e João Paulo Burnier, fugiram para a Bolívia. A centelha do golpismo e da revanche (contra a hegemonia que era vista em setores oposicionistas como ainda varguista), não se encerrou a despeito da habilidade política de JK. A reincidência da tentativa de golpe militar funcionava como prenúncio.

Uma outra frente de ataques ao governo e a JK por parte da UDN e bloco de oposição foi a Novacap, empresa responsável pela construção da nova capital federal. As acusações de corrupção eram costumeiras, e funcionavam como arcabouço de um argumento mobilizador de frações da população, em especial nas franjas da classe média urbana de São Paulo e Rio de Janeiro.

A UDN e demais oposicionistas a JK inflamavam sua posição contra a Novacap, como por exemplo o senador João Villas Bôas (UDN-MT), que se referia a esta construção como um erro e tratava a construção de Brasília como algo “ridículo”, argumentando uma série de problemas de logística e infraestrutura:

O senhor presidente está distribuindo convites até a Sua Santidade o papa e à rainha da Inglaterra para virem assistir a quê? A andaimes, apartamentos em construção e ruas poeirentas, que só atravessá-las nos deixa a roupa marrom. Isso na época da seca. Quando chove, é preciso tirar os sapatos e suspender a calça até o joelho para atravessar o lamaçal. A cidade também não tem luz nem esgoto. É grande o ridículo da parte de nosso governo¹⁹.

Outro aspecto das críticas incidia em fazer a defesa do Rio de Janeiro, um importante reduto eleitoral varguista, usando a questão do orgulho local ferido pela diminuição da importância ao deixar de ser a capital federal. Como exemplo disso, e relacionado ao detrimento da adjetivação “Velhacap” ao Rio, o senador Guido Mondin (PRP-RS) se referiu a cidade como “Belacap” (IDEM):

Não me conformo quando se referem ao Rio de Janeiro chamando-o de Velhacap. Não! Ninguém lhe tirará mais a situação que o tempo lhe deu, transformando está ainda capital de nossa pátria numa das mais belas cidades do mundo, a nossa Belacap. Brasília há de ser agora o cérebro desta nação, mas o Rio de Janeiro será sempre o coração da pátria.

A despeito da incredulidade de alguns que tal obra seria entregue de forma tão rápida e das críticas tanto da ordem moral sobre a corrupção ou da tentativa de jogar a população carioca (e em alguma medida fluminense) contra o presidente, a nova capital foi inaugurada

¹⁸ SANTIAGO, [s. d.].

¹⁹ WESTIN, Ricardo. *Adversários de JK tentaram impedir transferência da capital para Brasília*. Agência Senado. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/adversarios-de-jk-tentaram-impedir-transferencia-da-capital-para-brasilia>>. Publicado em: 17 abr. 2015. Acesso em: 2 abr. 2026.

em 20 de abril de 1960. Com Brasília inaugurada e a boa avaliação popular de JK, se projetava a ideia de retorno do presidente em uma eventual eleição presidencial em 1965, com o mote “JK 65”, já que a reeleição presidencial não era permitida.

Mas antes disso, vieram as eleições presidenciais de 1960. Marechal Lott foi o candidato escolhido para a sucessão de JK pelo PSD. Mas regido de boa avaliação popular em São Paulo, onde era governador e fazendo uso do discurso moral contra a corrupção (a vassourinha como símbolo), Jânio Quadros do PTN se elegeu presidente, com 48,26% dos votos, tendo ainda os candidatos Lott e Ademar de Barros do PSP com 32,94% e 18,8% dos votos, respectivamente. Nas eleições para vice-presidente, Jango pelo PTB, foi eleito com 41,63% dos votos, sendo que ainda foram candidatos Milton Campos da UDN, que fez 38,80% dos votos, e Fernando Ferrari do PDC, que fez 19,57% dos votos.

Como se observou, JK não conseguiu fazer o sucessor, mas terminou o mandato com alta aprovação popular, crescimento econômico de 7% ao ano, nova capital e com movimentos engatilhados de “JK-65” (ele mesmo acreditava nisso, uma vez que eleito senador por Goiás, votou em Castelo Branco na eleição indireta após o golpe de 1964). Outro aspecto do processo eleitoral, que Jânio também não atingiu mais de 50% dos votos, mas desta vez, o resultado eleitoral não foi questionado pelas forças políticas derrotadas.

Jânio recebeu a faixa presidencial de JK, sendo a primeira vez de uma posse presidencial em Brasília, com protocolos, que a despeito da intenção de JK esmurrar Jânio caso o mesmo falasse algo desagradável durante o evento²⁰ pareciam um cenário de organização e normalidade democrática para o país. Todavia a aparente normalidade democrática durou pouco. Jânio assumiu em 1961, mas em 25 de agosto daquele mesmo ano, renunciou ao mandato, alegando que forças terríveis o impediam de governar. Para a UDN, era a perda de poder que os mesmos haviam demorado a alcançar, ao terem apoiado o candidato vitorioso do PTN; para completar, era ver o varguismo de volta ao poder com Jango.

Articulações entre forças conservadoras (dentre elas a UDN), Forças Armadas e o próprio Jango, garantiram a posse do mesmo, mas adotando o parlamentarismo, que durou até janeiro de 1963, quando mobilizado pelo presidente em articulação com centrais sindicais e setores das Forças Armadas, um plebiscito enterrou a experiência com 80% dos votos.

Contudo, a retomada dos plenos poderes por parte de Jango acentuou a polarização nacional. Protestos organizados pela direita, contra o comunismo e contra Jango de um lado, protestos do PTB e das centrais sindicais em defesa da legalidade do outro. O alto grau de

²⁰HIGA, Carlos César. *O dia em que Juscelino Kubitschek planejou esmurrar o presidente Jânio Quadros*. Jornal Opção. Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/periscopio/o-dia-em-que-juscelino-kubitschek-planejou-esmurrar-o-presidente-janio-quadros-462333/>>. Publicado em: 31 jan. 2023. Acesso em: 2 abr. 2026.

radicalização estava presente nas Forças Armadas também: e em 31 de março de 1964, um golpe militar depõe o presidente. O Congresso depois referendou o processo, incluindo, como já dissemos, o voto do então senador por Goiás JK em Castelo Branco na eleição indireta; este voto de JK, em cenário de preparação para o pleito de 1965 continha um pouco do perfil do mesmo na trajetória, um posicionamento político sempre dúbio, construindo suas decisões oscilando entre as correntes políticas.

Mas as eleições não ocorreram. Militares endureceram o regime com atos institucionais, prisões, cassações de políticos, torturas, assassinatos e com muitas lideranças políticas, artistas e intelectuais se exilando. O próprio JK teve seus direitos políticos suspensos em 08 de junho de 1964. Ficou exilado, regressou ao Brasil e foi preso em 1968, além de toda uma tentativa de desconstrução da sua imagem, associando seu nome à corrupção (como exemplo, foto abaixo). E por fim, morreu de acidente automobilístico em 1976.

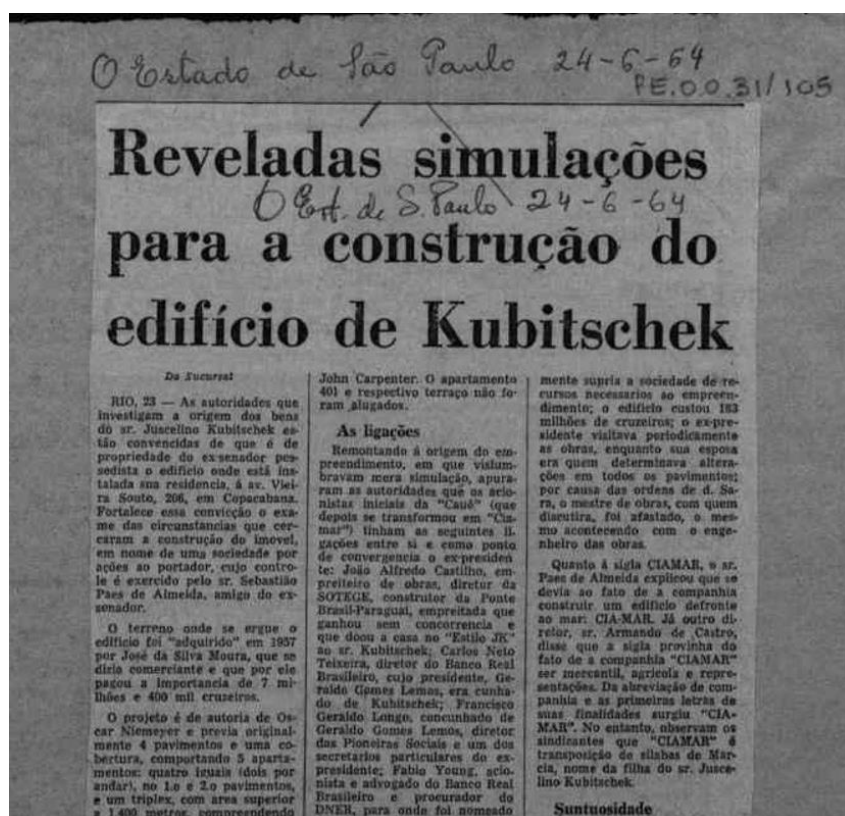


Foto 4: Denúncias de suposta corrupção contra JK em matéria do Estado de São Paulo²¹.

²¹MAGALHÃES, Mário. *Tratado como ladrão, JK foi acusado de ser dono de imóvel em nome de amigo*. Blog do Mário Magalhães. Disponível em: <<https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2016/03/15/tratado-como-ladrao-jk-foi-acusado-de-ser-dono-de-imovel-em-nome-de-amigo/>>. Publicado em: 15 mar. 2016. Acesso em: 2 abr. 2026.

Diante do exposto, observa-se que a gestão de Juscelino Kubitschek (1956-1960) a despeito de ser um contexto de modernização e desenvolvimentismo, foi um exercício contínuo de sobrevivência democrática. Embora o slogan "50 anos em 5" tenha se materializado na construção de Brasília e na expansão industrial, ele ocorreu sob a sombra de uma oposição ferrenha, liderada pela UDN e por setores militares revanchistas no que se refere a herança política varguista visualizada na coalizão PSD-PTB.

As ameaças à estabilidade institucional, que se manifestaram desde antes da posse com a necessidade do "golpe preventivo" do Marechal Lott, culminaram em insurreições armadas como as revoltas de Jacareacanga e Aragarças. A estratégia de JK — fundamentada na anistia aos revoltosos e na conciliação — permitiu o término inédito de seu mandato civil, mas não extinguiu a sanha golpista que permeava as Forças Armadas e setores da classe média urbana, alimentada por discursos moralistas, anti-comunistas e amplificadas por denúncias de corrupção destacadas nos meios de comunicação. Em última análise, o período JK serve como um prenúncio das tensões que eclodiram de forma definitiva na década de 1960, com o início da ditadura civil-militar em 1964.

A aparente normalidade democrática da transição para o governo Jânio Quadros rapidamente se desfez quando o poder presidencial passaria para Jango, revelando estruturas autoritárias latentes, vindo a se consolidar no golpe de 1964 e na subsequente cassação dos direitos políticos do próprio Kubitschek. Assim, o estudo desse recorte histórico reforça a compreensão de que a democracia brasileira, longe de ser um estado consolidado, foi (e é) um campo de disputas intensas onde o uso da força militar frequentemente desafiou a soberania das urnas. E que não poupou quem em dado contexto acreditou no artifício da anistia como mecanismo de pacificação como JK e nem quem alimentou a narrativa golpista como Carlos Lacerda, que igualmente teve seus direitos políticos cassados em 30 de dezembro de 1968.

REFERÊNCIAS

FICO, Carlos. *A utopia autoritária brasileira: como os militares ameaçam a democracia brasileira desde o nascimento da República até hoje*. [S. l.: s. n.], 2025.

SANTIAGO, Vandek. [Matéria sobre Juscelino Kubitschek, Henrique Lott e a promoção de Castelo Branco]. GGN. [S. l.], [s. d.].

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. [S. l.: s. n.], 2015.